

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

INTERNACIONAL

- A crise econômica mundial iniciada oficialmente em 2008 e que ainda está em vigor, trouxe uma dívida enorme para a conta de trabalhadores do mundo todo. No afã de salvar os interesses de bancos falidos os governos gastaram trilhões de dólares de seus erários sem exigir qualquer retorno social. O valor desviado dos cofres públicos seria suficiente para acabar com a fome no mundo, mas foi empregado em favor de poucos e deixou um rastro de arrocho salarial e sucateamento dos serviços públicos até nos países mais desenvolvidos do globo.

Neste marco de crise e de confrontos entre as classes, não há necessidade mais urgente que a de unir todas essas lutas em cada país e em nível mundial para derrotar a política dos capitalistas de descarregar a crise sobre nossas costas.

Para conseguir isto, o principal obstáculo são as direções das centrais sindicais e dos partidos tradicionais da classe operária, que se alinham com os governos e os exploradores e se negam a impulsionar planos de luta unificados e uma jornada mundial contra o ajuste dos banqueiros, das multinacionais e seus governos.

Por isso, ao mesmo tempo em que exigimos dos velhos dirigentes que rompam seus pactos com os exploradores, é imprescindível avançar na construção de novas direções dos trabalhadores, com independência de classe, combativas e democráticas, para encabeçar as lutas.

Precisamos desenvolver esta iniciativa e avançar cada vez mais na coordenação das lutas dos trabalhadores em nível internacional.

NACIONAL

- Oposição de esquerda ao governo Dilma

As respostas do governo Dilma Rousseff às megamanifestações de junho de 2013 foram exatamente o oposto do que as massas reivindicavam nas ruas. A defesa da saúde, da educação, de transportes e de todas as demandas por serviços públicos melhores não foram respondidas com mais investimentos nestas áreas, com a suspensão das privatizações ou com o redirecionamento de prioridades.

Ao contrário, o que se viu foram projetos de mais privatizações e a manutenção e ampliação da política de transferência de recursos para o grande capital privado – seja por meio de pagamento de juros das dívidas, seja por meio de empréstimos subsidiados ou isenções tributárias. Além da continuidade da subordinação do país aos interesses da Fifa e da repactuação dos valores pagos às grandes empreiteiras pelas obras da Copa.

Somados a isso, foi acelerado em todas as esferas de poder estatal o processo de criminalização dos movimentos sociais e sindicais e de cerceamento do direito de protestar – algo patente nos projetos que tramitam no Congresso Nacional, na criação de tribunais de exceção e até no investimento de enormes recursos na compra de armamentos.

A evidente necessidade de valorização dos servidores públicos, caso se pretenda ampliar e dar mais qualidade aos serviços prestados, foi ignorada ao ponto de o governo se negar até mesmo a sentar com as representações sindicais do funcionalismo para negociar questões salariais.

Diante do exposto, o Sintrajud deve se posicionar no campo de oposição de esquerda ao governo petista de Dilma Rousseff e buscar construir e fortalecer os movimentos que se enfrentam com essa política.

- Por uma campanha nacional e unificada contra a repressão

Quase 30 anos após o “fim da ditadura” a repressão policial contra as manifestações volta à ordem do dia. As recentes prisões, os processos administrativos, as demissões, a instauração de processos criminais contra lutadores, militantes do movimento social, a compra de carros blindados, representa um momento em que o governo e as forças conservadoras atacam as lutas para continuar aplicando a política de retirada de direitos e principalmente garantir a realização da copa.

É preciso derrotar essa ofensiva e só alcançaremos essa vitória se ganharmos o movimento social e principalmente a classe trabalhadora. O que está em jogo é o direito de lutar.

Podemos citar como exemplo as prisões do dia 22 de fevereiro quando a PM paulista prendeu mais de 260 pessoas “preventivamente” e para averiguação, método típico dos regimes fascistas.

A chamada democracia burguesa no Brasil tem características cada vez mais autocráticas e com limitações das liberdades democráticas. Garantir a realização da Copa do mundo é só mais uma desculpa, até porque depois dela o aparato repressivo não vai ser dissolvido, pelo contrário, vai ser mantido.

Esse quadro coloca como urgente a realização de uma campanha nacional e unificada de todas as forças contra a repressão, buscando construir um movimento de massas contra a repressão e pelo direito de lutar.

Neste sentido o congresso do SINTRAJUD delibera como campanha a luta contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Uma campanha que envolva matérias constantes nos boletins e jornais do sindicato, no site, atos organizados em conjunto com outras entidades.

- Contra a repressão! Lutar não é crime! Pelo direito de lutar!
- Contra as prisões de ativistas e lutadores!
- Arquivamento já de todos os processos criminais e administrativos persecutórios aos que lutam!
- Fim do tribunal de exceção criado pelo CNJ
- Denuncia aos organismos de direitos humanos de todos os atos acima.

- Passe livre no transporte. Tarifa zero e estatização do transporte coletivo com controle democrático dos trabalhadores e do povo.

- Garantia de verbas para a educação, saúde e moradia e não para à copa. 10% do PIB para a educação e saúde pública já.

- Investimentos maciços em moradia popular

- Não à criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, controle popular e desmilitarização da policia

- Salário mínimo do Dieese

- Não ao pagamento da dívida pública aos tubarões capitalistas e reversão desse dinheiro para investimentos sociais em educação, saúde, transporte, moradia, emprego e desenvolvimento ambiental. Essa plataforma deve estar vinculada à luta pela superação desse sistema capitalista que significa crise e desigualdade no Brasil e no mundo. Por uma alternativa anticapitalista e socialista.

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: PLANO DE CARREIRA

- **OS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**, reunidos no VII Congresso do Sintrajud, em Embu das Artes/SP, após debater a atual situação salarial e a ameaça da quebra de unidade da categoria pelo STF e STJ, com formulação de proposta de plano de carreira própria apenas para os seus servidores, em detrimento de toda a categoria nacional, fazem os seguintes considerandos e ao final deliberam que:

1) Considerando que O Poder Judiciário da União, atualmente, concentra estoque acumulado de mais de 12 milhões de processos e, no entanto, conta apenas com aproximadamente 105 mil servidores, sendo 90 mil servidores ativos, responsáveis pela tramitação dos mesmos nos seus vários ramos e instâncias em todo o país, com estrutura de pessoal e condições de trabalho distribuídos de forma desigual e sem critérios objetivos, principalmente em desfavor da 1ª Instância, onde iniciam e finalizam a quase totalidade dos processos em trâmite, o que requer solução e encaminhamento urgentes;

2) Considerando a unidade nacional da categoria, que cumpre idênticas atribuições nos diferentes locais de trabalho, instâncias e ramos do PJJ, integrando uma única e mesma carreira, que é regida pelo mesmo Regime Jurídico e Plano de Cargos e Salários;

3) Considerando que o Poder Judiciário da União é uno (Art. 92 da Constituição da República/ADI 3367) e deve buscar formulação de políticas que consolidem e unifiquem sua estrutura, atuação e valorização de suas carreiras em todo território nacional;

4) Considerando que há notícias sobre a elaboração de Plano de Carreira própria apenas para os servidores lotados no STF, com exclusão de formulação de proposta para o conjunto dos servidores ativos e aposentados que integram todo o PJJ que, se prosperar, caracterizará verdadeiro ataque à unicidade nacional da categoria.

5) Considerando que há notícias de que a proposta formulada no STF, encerra tabela salarial que busca a isonomia com a tabela praticada no Legislativo, no que concordamos, mas que atrela a instituição de gratificação de produtividade na composição da remuneração, no que repudiamos, por conta dos riscos e problemas que encerra;

6) Considerando que já foi aprovado nos fóruns nacionais da categoria que devemos buscar a valorização da carreira judiciária federal em todo o país, com reposição das perdas salariais acumuladas, já apuradas em 50,47% pelo ICV-Dieese e elaboração de Plano de Carreira, que busque corrigir as graves distorções existentes na categoria;

7) Considerando que os fóruns nacionais da categoria já deliberaram pela busca da reposição das perdas salariais com valorização do cargo efetivo e externou contrariedade a instituição de qualquer gratificação de desempenho;

8) Considerando que a pauta específica da categoria já foi protocolada perante o STF e demais tribunais desde julho de 2013, cobrando abertura imediata de mesa de negociação para apreciá-la, o que não foi implementado até a presente data, apesar de promessa neste sentido pelo presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, e seu diretor geral, Miguel Fonseca, em reunião com dirigentes da Fenajufe;

9) Considerando que Congresso, Plenária e reuniões ampliadas de nossa federação deliberaram pela prioridade no fortalecimento de Campanha Salarial Unificada com o conjunto do funcionalismo federal

para cobrar dos três poderes da União o atendimento da pauta geral de reivindicações dos servidores, onde sobressai a luta pela data base, negociação coletiva, respeito à paridade, dentre outros itens;

10) Considerando que o PJJ já encaminhou projetos de lei ao Congresso Nacional que contempla a busca de atualização das remunerações dos seus servidores (PL 6613/2009), dos magistrados (PL_____) e dos detentores de cargos comissionados (PL 5426/2013), que não foram aprovados até a presente data, em face da posição contrária encaminhada pelo governo da presidente Dilma, em manifesta quebra da autonomia e independência dos poderes, que a Cúpula do Judiciário não soube denunciar e enfrentar à altura;

Vimos ao final concluir e deliberar que:

- Repudiamos e rejeitamos qualquer tentativa de divisão da categoria, com tratamento diferenciado para qualquer segmento ou instância, em detrimento de valorização do conjunto da categoria em todo o país;

- Que o ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, demais ministros que o compõe, assim como todos os demais tribunais superiores abstenham-se de elaborar e encaminhar ao Congresso qualquer proposta de plano de carreira, notadamente aquele em comento, que encerra proposta de valorização apenas dos servidores do STF, sem negociação prévia com o conjunto de nossa categoria e federação nacional;

- Reivindicamos a imediata abertura de negociação, elaboração e, ao final, encaminhamento ao Congresso de projeto que valorize a carreira, com atualização dos salários do cargo efetivo e vencimento Básico de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do PJJ, parcelas que gozam de garantia de irredutibilidade e de que será levado na aposentadoria, alcançando servidores ativos, aposentados e pensionistas, sem distinção. Manifestamos a disposição da luta permanentemente pela integralidade e paridade nos proventos de aposentadorias e pensões;

- Reafirmamos a nossa contrariedade, já aprovados em fóruns estaduais e nacionais da categoria, com qualquer tentativa de impor remuneração com instituição de gratificação produtivista, por desempenho e variáveis, por conta das implicações e riscos que encerram para o conjunto da categoria;

- Reivindicamos a imediata instalação de mesa de negociação do STF com nossa federação nacional, para tratar da pauta específica de reivindicações da categoria;

- Exigimos o respeito às deliberações das instâncias de nossa federação pelos dirigentes da Fenajufe e pelos sindicatos filiados, que têm o dever de buscar implementá-las e defendê-las perante todos os espaços e fóruns, conforme disposição estatutária;

- Repudiamos qualquer tentativa de manipular e confundir a categoria com falsa premissa, conforme levado à efeito pela direção do Sindjus/DF, onde o necessário rechaço, repúdio e enfrentamento à proposta de encaminhamento de plano de carreira apenas para os servidores do STF, QUE AQUI DELIBERAMOS QUE O FAREMOS EM TODOS OS ESPAÇOS E POR TODOS OS MEIOS, não pode confundir-se com tentativa dissimulada de tirar o foco da cobrança também do governo da presidente Dilma, que tem feito ingerência na autonomia e independência do PJJ, impedindo a alocação de previsão orçamentária, a tramitação e aprovação dos projetos de melhoria salarial de servidores, juízes e comissionados já encaminhados ao Congresso pelo PJJ. Assim, como vem implementando política de congelamento salarial, com desrespeito a data-base do conjunto dos servidores públicos federais.

- **Por fim, vimos conclamar a categoria a se organizar e mobilizar em todo o país, para denunciar e enfrentar qualquer tentativa de divisão, seja pela atual presidência do STF ou quem for, e fortalecer a**

campanha salarial unificada dos SPFs e buscar aprovação da pauta geral dos servidores e também a pauta específica da categoria.

ENCAMINHAR PARA DEBATE

Propostas sobre Plano de Carreira não deliberadas, mas registradas para debate posterior.

- Em defesa da melhor remuneração dos Auxiliares e Técnicos, diminuindo a diferença entre o curso fundamental e médio para no máximo 20% entre as tabelas para o fundamental, médio e superior, já que hoje temos uma diferença superior a 60% entre elas

- Carreira única. Fim da carreira segmentada em três níveis , criando nova carreira única de nível superior – carreira de estado, equiparando ao ocorrido em outras como Polícia e Receita Federal e outras.

- Entendendo que a partir do documento 319 do Banco Mundial, complementado pelo CNJ propõe:

Modelo produtivista.

Cultura de competição entre os servidores que não valoriza a qualidade dos julgamentos, mas sim as estatísticas e números de processos julgados, em uma inversão de valores entre qualidade e quantidade.

Que propõe a divisão dos trabalhadores do judiciário ativos e aposentados; servidores efetivos e terceirizações (não efetivos)

Que propõe gratificações produtivistas (desempenho, etc.) gerando uma remuneração variada diferença salarial entre servidores ativos e aposentados.

Diferenciação do quadro de servidores do que é intitulado em área meio e área fim.

Elaborar e construir um Plano de Carreira que se contraponha a esse modelo

- Lutar contra a privatização da previdência social. Pela anulação da FUNPRESP.

- I. Acabar com o desvio de função.
- II. Carreira de estado (só quem tiver nível superior).
- III. Com a virtualização dos processos, os técnicos tendem a se tornar em extinção.
- IV. Hoje os técnicos são área meio as que possam exercer atividades área fins e terem prestando concursos para auxiliares área fim.

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: CALENDÁRIO

Lutas e atividades

Para lutar pelas reivindicações da categoria e enfrentar as políticas de arrocho salarial e ataque aos direitos dos trabalhadores adotados pelo governo Dilma Rousseff (PT) e pelo Supremo Tribunal Federal, o 7º Congresso do Sintrajud decide apoiar, participar e ajudar a organizar as

seguintes atividades específicas dos trabalhadores dos serviços públicos federais e do Judiciário Federal/MPU e gerais da classe trabalhadora e da juventude:

Calendário de lutas dos SPF e do Judiciário

- Dia 2 de abril: Ato no STF contra a fragmentação da carreira, por uma carreira única no Judiciário Federal e pela instalação da mesa geral de negociação;
- Dia 7 de abril: Ato dos servidores públicos federais no Rio de Janeiro, tendo como referência a defesa da saúde, da educação e demais serviços públicos;
- **Dia 10 de abril: Dia Nacional de Paralisação do Judiciário Federal em São Paulo;**
- 29 de abril: Início da greve por tempo indeterminado no Judiciário Federal.
- 7 de maio: Marcha Nacional do Funcionalismo Federal a Brasília.

Calendário de lutas gerais

- Ato 1 de abril, 50 Anos do Golpe de 64.
- Abril e Maio: Realização dos encontros/plenárias nos estados
- Realização de atos nacional e regionais contra a criminalização das lutas, dirigentes e ativistas, da população pobre e de periferia, vinculando ao aniversário dos 50 anos do golpe militar de 1964. Ampliar essa iniciativa para além dos movimentos sociais, procurando outras entidades como a OAB, ABI, Comissão Justiça e Paz, Comissões de Direitos Humanos etc;
- 15 de abril: Ato Unificado Contra a Copa
- 28 de abril: Dia de luta e denúncia dos acidentes de trabalho.
- Ato 31 de abril, 50 Anos do Golpe de 64
- Abril e Maio: Jornada de lutas convocada por vários segmentos do movimento popular para defender o direito à cidade (moradia, transporte e mobilidade, saneamento etc.).
- 1º de maio: Organizar o Dia Internacional do Trabalhador será com atos classistas;
- 1º a 3 de maio – 1º Encontro de Atingidos por Megaeventos e Megaempreendimentos (Belo Horizonte – MG).
- 15 de maio: Dia Internacional contra as Remoções da Copa.
- 12 de junho – Abertura da Jornada de Mobilizações “NA COPA VAI TER LUTA”, com grandes mobilizações populares em todas as grandes cidades do país.
- Período dos jogos da Copa: realização de manifestações nos estados conforme definição dos encontros e plenárias estaduais;
- 15 e 16 de julho – Mobilizações contra a Cúpula dos Brics (Fortaleza).
- 1º a 7 de setembro - Semana da Pátria e Grito dos Excluídos, com o lema: “Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos”.

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: PLANO DE LUTAS

- O Sintrajud deve participar ativamente das campanhas desencadeadas pelo Espaço Unidade de Ação lutando pelas reivindicações unificadas, definidas no encontro realizado no dia 22 de março de 2014.
- I. - Chega de dinheiro para a Copa, Fifa e para as grandes empresas!

Recursos públicos para a saúde e educação! 10% do PIB para a educação pública, já! 10% do orçamento federal para a saúde pública, já!

II. - Chega de dinheiro para os bancos! Suspensão imediata do pagamento das dívidas externa e interna! Dinheiro para a moradia popular e para o transporte coletivo! Tarifa zero já! Transporte e moradia são direitos de todos!

III. - Chega de arrocho salarial e desrespeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras! Fim do fator previdenciário! Aumento das aposentadorias! Anulação da reforma da Previdência de 2003 e do Funpresp!

IV. - Respeito aos direitos dos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares! Reforma agrária e prioridade para a produção de alimentos para o povo!

V. - Chega de privatizações! Reestatização das empresas privatizadas! Petróleo e Petrobras 100% estatal! Estatização dos transportes!

VI. - Basta de machismo, racismo e homofobia!

VII. - Basta de violência, repressão e criminalização das lutas sociais! Desmilitarização da PM! Arquivamento de todos os inquéritos e processos contra movimentos sociais e ativistas! Liberdade imediata para todos os presos políticos! Revogação das leis que criminalizam a luta dos trabalhadores e da juventude! Ditadura nunca mais!

- Além das lutas gerais, o Sintrajud deve fortalecer a campanha unificada dos servidores federais, uma vez que os servidores são os principais alvos nos momentos de crise do capital, haja vista o que vem ocorrendo na Europa com o conjunto do funcionalismo. Diante deste quadro, o Fórum de Entidades dos SPFs lançou a Campanha Unificada com os seguintes eixos:

I. Definição da Data-Base em 1º de Maio;

II. Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;

III. Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolos de intenções firmados;

IV. Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;

V. Retirada dos PL's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 78 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores;

VI. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

VII. Jornada de 6 horas.

VIII. Pela anulação da reforma da Previdência de 2003, por todas as ilegalidades e abusos cometidos a sua tramitação, inclusive com a compra de votos comprovados na Ação Penal 470 (conhecido como Mensalão), devendo intrajud fazer parte e jogar peso a campanha organizada pelas entidades e movimentos sociais.

Desenvolver ampla campanha pela não adesão dos novos servidores e pala não opção dos atuais servidores ao FUNPRESP. Criar uma cartilha sobre o tema para denunciar o plano para os servidores, alertando sobre os riscos de adesão á previdência complementar.

Luta pela aprovação da PEC 555!

- Neste ano de 2014, completam-se dez anos da promulgação da Emenda Constitucional 45, que instituiu a chamada reforma do Judiciário. Ela merece uma ampla reflexão dos trabalhadores do Judiciário,

seja por seus efeitos na distribuição da Justiça à população, seja por suas sérias consequências em nossas condições de trabalho dentro dos tribunais.

Alegava-se que era preciso reformar a instituição, como parte de uma política de reforma do Estado para os novos tempos, para a nova economia globalizada. Dizia-se essencial para a dinâmica do mercado a garantia de segurança jurídica nas transações e movimentações de capitais. Este debate esteve em grande medida influenciado pelas diretrizes dos chamados “organismos multilaterais”, cuja formulação mais elaborada e específica para o Judiciário foi consubstanciada no Documento 319 do Banco Mundial.

Com vistas à garantia da “segurança jurídica”, a reforma gerencial do Estado e do Judiciário, por seus ideólogos, trouxe entre suas preocupações centrais a flexibilização das leis e normas e uma maior “liberdade” aos agentes econômicos, estimulando a solução de conflitos extrajudicialmente e padronizando procedimentos e decisões dentro do Judiciário. Consequência disso é a prioridade para os números, e para os “resultados” assim expressos, pouco importando o grau efetivo de “justiça” materializado em uma decisão. Esse modelo judiciário seria o complemento necessário de uma estrutura de serviços privatizados, “fiscalizados” por agências reguladoras, simultaneamente com a adoção de parâmetros empresariais dentro do serviço público, inclusive o fim da estabilidade, “a responsabilidade fiscal” e o congelamento da folha de pagamento, a quebra do regime jurídico único, e o fim da previdência pública, integral e paritária. Prioriza-se a função do Estado como regulador dos contratos e como aparato de repressão, além de benefícios compensatórios às parcelas mais miseráveis da população, em detrimento da universalização dos serviços públicos. Desde FHC, passando Lula e agora com Dilma, temos lutado contra esse receituário.

Em meio à discussão sobre o controle externo do Judiciário, e mesmo sobre um controle social, levantada no meio sindical e nos movimentos sociais, e rapidamente abafada pelo poder, prevaleceu a instituição de um sistema de controle interno, através de conselhos, inclusive motivado por argumentos moralistas e demagógicos, dado o considerável grau de hermetismo que tem caracterizado historicamente o Poder Judiciário e suas autoridades. O principal deles, o Conselho Nacional de Justiça, é composto em sua ampla maioria por juízes, sendo os demais membros indicados pelo Congresso Nacional, pela OAB, e pelo MP.

Se para muitos, inclusive entre alguns de nós, parecia positiva a ideia de órgãos que uniformizassem estruturas e procedimentos dentro do Judiciário, a experiência tem trazido resultados opostos. Trabalhando dentro dos órgãos do Judiciário, temos visto que tais medidas têm servido fundamentalmente para a imposição de metas gerais e abstratas, sem que sejam consideradas as reais condições de trabalho. As prioridades têm sido resultados que se traduzam em números, dada a pressão decorrente da explosão da demanda processual nas últimas décadas, cujas causas não estão dentro dos fóruns e tribunais, mas no caráter conflituoso e contraditório de nossas relações sociais e da característica do Estado brasileiro de absorver e a todo custo tentar conter e controlar os conflitos, em uma sociedade extremamente desigual e segregadora como a nossa.

Toda a política de uniformização e padronização implementada pelos conselhos tem servido a um rebaixamento das condições de trabalho, a um nivelamento por baixo. No caso da Justiça do Trabalho, a polêmica Resolução 63 (antiga 53) é bastante ilustrativa: onde há mais cargos, funções e varas do que o padronizado, corta-se de imediato; onde há menos, tudo continua como está. Ter condições de trabalho um pouco melhores passa a ser privilégio.

Depois desses dez anos de reforma do Judiciário, não houve incremento digno denota da estrutura dos órgãos do Judiciário no país, no sentido da correção das graves distorções existentes. A sobrecarga de

trabalho chega a ser massacrante especialmente nas metrópoles e capitais. A própria autonomia dos tribunais, também prevista na Constituição, vem sendo sucessivamente tolhida, adicionando mais obstáculos em nossas negociações por melhores condições de trabalho em cada localidade. O CNJ vem regulamentando horário de funcionamento dos tribunais e jornada de trabalho, por exemplo, tem legitimado o corte de ponto em nossas greves, e tem se omitido em muitas outras questões de interesse dos trabalhadores, inclusive em prejuízo da prestação jurisdicional, ao desconsiderar as várias peculiaridades e elementos qualitativos que envolvem o nosso trabalho dentro do Judiciário.

Como parte dessa política, alterações importantes na gestão dos processos de trabalho têm permeado o nosso cotidiano. Além da ideologia da “gestão estratégica”, abraçada pelos gestores e cúpulas dos tribunais, a implementação acelerada do processo eletrônico e do teletrabalho, entre outras medidas, sem maiores estudos quanto a seus reais impactos, tendem a agravar esse quadro, interferindo profundamente em nossas rotinas de trabalho (com um possível controle e monitoramento permanente e intensivo de metas e resultados), e em nossas condições de saúde, física e psíquica.

Recentes normas e resoluções do CNJ vêm propondo critérios produtivistas abstratos para a criação e a distribuição de cargos e unidades judiciárias no país, sem qualquer vínculo com a realidade material dos órgãos.

A reforma do Judiciário não veio, portanto, para garantir a ampliação do acesso da população à Justiça, apesar do verniz com que foi apresentada. Temos que nos posicionar nesse debate, do ponto de vista dos trabalhadores, inclusive dialogando com a sociedade e com a classe sobre o direito à Justiça, e sobre a parcialidade e a seletividade de seus projetos e ações prioritários, de modo a ganharmos força e a superarmos o corporativismo que tem predominado em nossas pautas.

Nesse contexto, reafirmamos a necessidade de que o Sintrajud fomente na base esse debate e invista na análise dos fenômenos recentes verificados na gestão do Poder Judiciário, e que contribua com a construção de um contraponto qualificado à gestão produtivista em curso, tendo em vista a garantia de melhores condições de trabalho e a democratização e efetivo acesso da população à Justiça.

- Eleição direta na escolha dos presidentes de tribunais ou fóruns com a participação dos Servidores Públicos do Judiciário Federal e MPU.

- Considerando que o PSE traz prejuízos a todos nós, aqueles que dependem de decisões do judiciário, os mais diversos tipos e níveis, que nos procuremos aliados no enfrentamento ao PJE, para ações conjuntas que, no mínimo, evitem maiores danos para que os servidores sejam ouvidos e respeitados nesse processo. Entre os aliados, há possibilidades de se construir algo com a OAB Nacional

- Cobrar aprovação da PEC (...) que fixa mandato limite para os ministros do STF.

- Cobrar que os servidores tenham representação e assento nos Conselhos, a serem indicados pelas instâncias sindicais nacionais da categoria.

- Sindicato deve realizar debates seminários sobre o papel, modo organizacional, estrutura, volume e divisão do trabalho no PJF, buscando aprofundar a análise e levantar pauta de reivindicação para democratizar e melhorar o funcionamento do judiciário no país.

PLANO GERAL DE LUTAS

-Defesa dos servidores públicos - Apoio às reivindicações dos (as) servidores (as) públicos (as) / Defesa do direito de negociação e contratação coletiva / Contra as restrições ao direito de greve.

-Pela reafirmação da pauta unificada e da unidade com o conjunto dos servidores públicos federais, com participação ativa nos fóruns que unifiquem essas lutas;

-Em defesa da revisão geral anual com reposição das perdas e da data-base dos trabalhadores do Judiciário, junto com os demais trabalhadores do serviço público;

-Contra o congelamento salarial. Contra o PLP 01/2007, que corre paralelamente ao PLP 549/2009.

-Pela reposição imediata das perdas salariais e reajuste dos benefícios;

-Por uma política salarial permanente que assegure reposição das perdas, valorização do salário base e incorporação das gratificações, inclusive barrando no Judiciário as gratificações produtivistas e de desempenho;

-Pela plena liberdade e autonomia sindical, com amplo direito de organização nos locais de trabalho e contra o imposto sindical;

- Pelo direito à negociação e à contratação coletiva no serviço público, e pelo direito irrestrito de greve.

- Pela retirada de todas as propostas de reformas e dos projetos de lei de retirada de direitos e contrários aos interesses dos trabalhadores;

- Contra todas as tentativas de flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, inclusive com incorporação à campanha de combate à proposta do acordo coletivo especial (ACE), apresentada como proposta ao governo pelo SMABC e defendida dentro da CUT, que abre brechas para a flexibilização e retirada de direitos dos trabalhadores;

- Pela previdência pública, universal, integral e com paridade;

- Pela anulação da reforma da Previdência de 2003, devendo a Fenajufe fazer parte e jogar peso na campanha organizada pelas entidades e movimentos sociais;

- Pelo imediato fim da taxa dos aposentados (PEC 555/06);

- Pelo fim e pela reversão das privatizações e concessões de serviços e patrimônio público à iniciativa privada;

- Pela suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública, que estrangula o orçamento destinado aos serviços públicos, devendo a Fenajufe somar esforços junto às entidades que encampam essa luta;

- Pelo combate a todas as formas de opressão e violência de raça, gênero, religião e etnia;

- Pelo combate à criminalização dos movimentos sociais;

- Pela defesa intransigente dos direitos humanos e a devida apuração dos crimes contra eles cometidos, inclusive os da ditadura militar;

- Em defesa dos 10% do PIB para a educação;

- Em defesa da saúde pública e da valorização do SUS;

- Pelo combate ao assédio moral no trabalho, como política permanente de formação, informação, e denúncia dos casos apurados;

- Pelo direito ao emprego e contra a dispensa imotivada, com a ratificação da convenção 158 da OIT;

- Reforma agrária, com garantia de terra a quem nela trabalha, por um modelo de produção diferente do agronegócio/latifúndio;

- Reforma urbana, pelo direito à moradia, contra a especulação imobiliária e pela valorização das cidades como espaços de livre circulação e integração;

- Pelo respeito ao meio ambiente e contra o código florestal, que anistia desmatadores e amplia a fronteira de devastação;
- Em defesa dos direitos dos indígenas e quilombolas, inclusive pelo direito à terra e à proteção da cultura;
- Por uma estrutura tributária progressiva, que tire a carga de cima dos trabalhadores (com a defasagem da tabela do IR), e com taxaço das grandes fortunas e riquezas;
- Pela democratizaço da comunicaço, com o fim do monopólio das grandes empresas e grupos de comunicaço;
- Contra o financiamento privado de campanhas eleitorais, que compromete os candidatos e mandatários com os interesses do poder econômico;
- Pelo direito irrestrito de Greve, regulamentado pelos próprios Trabalhadores.
- Manter-se na luta, com todos os trabalhadores, contra o PL 4330
- Contra a precarizaço do trabalho, o PL 4330, terceirizaço que no judiciário vem se expressando no perigo da total terceirizaço da especialidade de motoristas e outros segmentos da categoria, e aumento do número de requisitados, estagiários, trabalhadores voluntários, etc., transformando o Serviço Público sem servidores públicos.
- Lutar contra implementaço do PJE que não foi discutido pela categoria.

LUTAS ESPECÍFICAS

- Contra as políticas de metas e resultados produtivistas dos conselhos e tribunais, que não promovem a qualidade do serviço público, mas sim penalizam e adoecem os trabalhadores e não garantem justiça à população;
- Pela defesa do plano de carreira única do conjunto dos trabalhadores do Judiciário Federal, como uma das prioridades de luta e reivindicaço;
- Pela democratizaço dos tribunais e de seus órgãos de direço, inclusive com eleições diretas para os cargos;
- Valorizaço do salário efetivo em substituiço às funções e cargos de confiança, com critérios objetivos para a ocupaço de postos de chefia;
- Pela criaço de cargos e pela realizaço de concursos, com vistas a garantir estrutura suficiente e proporcional à sobrecarga de trabalho a que estamos submetidos;
- Contra a terceirizaço das atividades e o desvio de função;
- Pelo pagamento de todos os passivos e contra o calote do Estado, legitimado pela EC 62/2009;
- 30 horas semanais para os Trabalhadores e Trabalhadoras no Judiciário Federal e MPU.
- Pelo pagamento dos passivos trabalhistas e demais direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Judiciário da União.
- Contra a privatizaço das atividades do Auxiliar Judiciário e contra a extinço do cargo de Auxiliar Judiciário.
- Aposentadoria Especial para todos os Servidores Públicos que trabalhem em atividades insalubres, penosas ou perigosas ou de risco á vida ou a integridade física.
- Aposentadoria Especial para as pessoas com deficiência – PCDs.
- Contra o PLP 549/2009 que congela os salários dos Servidores Públicos por 10 anos.

- Luta para que a Justiça Eleitoral venha a ter somente juízes federais, já que é do Judiciário Federal e que sejam criados os cargos nos cartórios eleitorais, substituindo os requisitados.
- Contra os reajustes abusivos do Pró-social e nos planos particulares que atingem em cheio os Servidores Públicos do Judiciário e MPU e seus dependentes.
- Luta pela equiparação dos chefes de cartórios eleitorais do interior em relação aos chefes de cartórios das capitais, com recebimento de FC-6 e os que não possuem FC recebam pelo menos a FC-1.
- Contra o trabalho forçado e voluntário no judiciário federal, MPU e no Serviço Público.
- Luta pela aprovação de adicional de qualificação para os Técnicos e Auxiliares (que ficaram de fora) com curso superior (PL 319/2007).
- Escolha dos diretores gerias em todos os Tribunais e MPU em eleição com a participação dos servidores públicos do Judiciário Federal e MPU.
- Pela assistência integral à saúde dos trabalhadores, dentro e fora dos tribunais;
- Desenvolver ampla campanha pela não adesão dos novos servidores e pala não opção dos atuais servidores ao FUNPRESP. Criar uma cartilha sobre o tema para denunciar o plano para os servidores, alertando sobre os riscos de adesão á previdência complementar.
- Retomar a Campanha pela anulação da Reforma da Previdência.
- Participação dos atos contra a Copa.
- Que o Sintrajud acompanhe e participe dos calendários de luta dos Fóruns das Entidades dos SPFs e dos Fóruns da FENAJUFE.
- Combinar debate e formulação sobre o judiciário que queremos com o atual debate sem carreira que vem sendo encaminhado pelo GTN da FENAJUFE, dando ampla repercussão à categoria sobre o diagnóstico já elaborado e patamar em que se encontra a discussão.
- Sintrajud deve propor e/ou levar para a Fenajufe proposta de ingresso como amicus curiae na ADIN da OAB para a correção da tabela do IR.
- Sintrajud deve buscar participar das comissões de saúde dos tribunais, lutando por m plano de saúde com valores acessíveis a categoria, em especial na reinserção dos pais e mães como dependentes, com valores iguais à tabela dos servidores ativos.
- Exigir a autonomia e independência do Poder Judiciário, cobrando a atuação efetiva da cúpula dos tribunais para denunciar e enfrentar a ingerência que vem sendo feita pelos poderes executivo e legislativo.
- Cursos de formação para a base.
- Ao longo da atual gestão, foram realizadas reuniões periódicas do Conselho de Base praticamente a cada dois meses, mas ainda não conseguiu-se avançar para formato de reunião que aprofundasse análise sobre os temas fundamentais da categoria e entidade, tendo esta instância permanecido apenas como a antessala das assembléias, que têm sido convocadas para a mesma data e logo em seguida à sua realização.
- A quase totalidade dos diretores de base dos fóruns que elegeram seus representantes na última eleição convocada não conseguem cumprir plenamente seu papel junto a categoria no seu local de trabalho, com exceção daqueles que trabalham em alguns fóruns, como no Fórum Trabalhista da Barra Funda, Ribeirão Pires e na Justiça Federal de Santos (onde contam com a presença de algum diretor ou ex-diretor da Executiva que fomenta sua organização), pela falta de tempo, formação, acesso as informações e condições materiais adequadas, situação que cria um hiato e fragiliza a entidade no seu esforço de procurar aprofundar sua organização para encaminhar as demandas da categoria em todos os locais de trabalho e fóruns espalhados no estado, o que invariavelmente tem levado ao seu

descrédito e desmoralização junto aos seus representados, com o paulatino afastamento do DB das lutas e atividades convocadas pela entidade.

Com as dificuldades enfrentadas no funcionamento de suas instâncias, notadamente da direção de base, que tem como missão ser o elo entre a categoria de seu local de trabalho e a direção do sindicato e vice-versa, nossa entidade se fragiliza, passando a ter pés de barro. Sem qualquer penetração e alcance entre grandes parcelas da categoria, principalmente no interior, o que tem ficado bem visível durante a realização das últimas greves, quando pouquíssimas cidades do interior atenderam o chamado de mobilização pela aprovação do PCS IV.

Para resolver esta deficiência, precisamos repensar nossa organização e atuação, buscando garantir um mínimo de garantias para a atuação da Direção de Base (como prevê projeto de Lei em tramitação no Congresso nacional, que trata da organização sindical por local de trabalho, com sua liberação em alguns períodos para que possa participar e encaminhar as atividades sindicais, ao mesmo tempo que definimos uma pauta de visita a todos os locais de trabalho ao longo do ano, a ser feita pelos diretores liberados e por quem mais possa, para identificar os servidores que estejam dispostos a ajudar na organização do Sindicato em cada um dos locais de trabalho espalhados pelo estado, fomentando sua participação em cursos de formação como tínhamos até tempos atrás, disponibilizando toda a estrutura e apoio necessário do aparato sindical, para garantir sua atuação plena no encaminhamento das demandas do seu Fórum/setor e das lutas gerais da categoria.

Também precisamos retomar as reuniões/encontros aos finais de semana por macrorregiões no estado, onde possamos combinar a realização de alguma atividade de formação, com o debate sobre os principais problemas dos locais de trabalho das cidades abarcadas, disponibilizando-se, também, os serviços do Jurídico - para informar sobre as principais ações disponíveis, e do sociocultural - para divulgar os convênios disponíveis, bem como realizar a celebração de novos convênios na região, ficando encarregado também de organizar, ao final do encontro, alguma pequena atividade cultural/degustativa, onde os servidores pudessem confraternizar-se. Se os servidores do interior não vêm ao Sindicato, o sindicato deve ir até eles e estabelecer uma ponte e presença atuante, superando o atual grau de distanciamento.

- Que o conselho de base se reúna, pelo menos, a cada 3 meses.

- No final do século XIX na Europa, a classe trabalhadora começava a conquistar a jornada de 8 horas diárias de trabalho. A reivindicação era pautada na necessidade de 08 horas para trabalho, 08 horas para estudo e 08 horas para descanso. A luta foi árdua até a operacionalização do direito conquistado nas ruas.

De lá para cá muita coisa mudou: conhecemos a informática e a cibernética, tivemos o maquinário modernizado, assistimos ao rápido e caótico crescimento das cidades e suas populações e passamos por algumas reestruturações produtivas, chegando ao século XXI com a jornada de trabalho estacionada nas mesmas 08 horas diárias conquistadas pelos trabalhadores de 03 séculos passados.

O Avanço tecnológico só beneficiou o capital, nada sobrou de benefício aos trabalhadores, ao contrário, o stress causado pelo uso de máquinas, inclusive computadores, ficou todo por conta do trabalhador (a). A utilização das máquinas trouxe o enxugamento dos postos de trabalho, a obrigatoriedade da polivalência, fazendo com que cada trabalhador tenha que executar várias tarefas. Produzindo muito mais, e colecionando doenças como ler-dort, problemas de coluna e articulações, emocionais, respiratórios, diversos tipos de câncer, surdez, etc.

No setor público é cada vez mais comum que um (a) trabalhador (a) assuma tarefas que antes eram desempenhadas por três ou mais colegas.

O ritmo acelerado da produção incentiva o assédio moral que é uma ferramenta de gestão utilizada para afastar ou descartar aqueles que criam obstáculos aos planos do poder (sindicalistas, militantes, adoecidos e os muito competentes que evidenciam incompetências de chefias mal preparadas).

O trabalho que era um meio de vida, passou a ser um meio de morte da classe, sem que os patrões e o governo sejam responsabilizados, ao contrário, em algumas empresas a ocorrência de acidentes e afastamentos por doença, são motivos para perda de direitos.

Milhões de trabalhadores colocam suas vidas em risco por ano dentro das empresas e no setor público, portanto, as ações de Saúde do Trabalhador devem ter como foco as mudanças nos processos de trabalho que contemplem as relações saúde-trabalho-doença em toda sua complexidade e estar intrinsecamente relacionada à redução da atual jornada de trabalho.

Esta lógica precisa ser invertida com a redução de jornada de trabalho para 6 horas diárias, sem banco de horas e sem redução de salários, como reivindica a CSP Conlutas, já que numa jornada menor cairão os riscos de acidentes e doenças do trabalho, permitindo um período maior de descanso entre as jornadas e ainda possibilitarão a criação de milhões de novos empregos.

Propomos que o a luta pela jornada de 6 (seis) horas seja uma bandeira prioritária e permanente até a vitória!

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: QUESTÕES ESPECÍFICAS POR TRIBUNAL

TRE

- Que o Sintrajud lute pela aprovação do PL 7027 de 2013 que trata da isonomia dos chefes de cartório da capital e do interior, e da criação de cargo nos cartórios eleitorais. PL que está tramitando na Câmara dos Deputados na CTASP

- Que o Sintrajud lute para que seja criada uma carreira própria de juizes da justiça eleitoral

- Luta para que o TRE-SP contrate plano de saúde (médico e odontológico) para os servidores da justiça eleitoral de SP e arque com a totalidade dos custos do convênio médico.

- Considerando que o TSE publicou no dia 14 de março de 2014 uma portaria que constitui uma comissão de estudos de uma Carreira Exclusiva para os servidores do TSE, propomos:

- Que o Sintrajud se posicione contrariamente a esta proposta de Carreira Exclusiva e defenda a Carreira de todos os servidores do Poder Judiciário da União

- Considerando que:

Que o TRE-SP possui uma deficiência de quadro efetivo de servidores, principalmente nos cartórios eleitorais do interior;

Que a legislação criou cargos efetivos nos cartórios eleitorais com um quantitativo de apenas 2 servidores;

Que nos cartórios eleitorais a maioria dos servidores são requisitados de outros órgãos;

Que em alguns cartórios eleitorais, inclusive existe um número bastante reduzido de requisitados e não possui o nº total de servidores efetivos (de apenas 2 obrigatório pela Legislação)

Que foram criados cartórios eleitorais e não foram criados cargos efetivos para estes cartórios;

Que o TRE-SP tem ampliado o nº de quadro funcional não efetivo na JE através dos requisitados, estagiários, trabalhadores, terceirizados, principalmente nos cartórios eleitorais

No início deste ano a Presidência do TRE-SP encaminhou ao TSE uma proposta de Gratificação aos servidores requisitados que trabalhem na JE que deverá ser pago pela JE e que isso terá repercussão orçamentária nacional na justiça eleitoral

Propomos que: O Sintrajud lute pela criação de cargo efetivo no Judiciário Eleitoral

Justiça Federal e TRF

- Considerando que a JF tem hoje a maior carga de processos no PJF no país, com a média de 272,13 processos por servidor, enquanto a media nacional é de 120, 3 processos por servidor, indicamos o aprofundamento das análises dos dados para identificar o porquê desta super demanda, como se dá a divisão pelos estados, com a realização de debate com a categoria, organizado pelo sindicato, para tirar linhas de atuação para assegurar melhor estrutura e divisão da carga de trabalho, fazendo-se cessar à super-exploração a que estão submetidos os servidores.

Que o Sintrajud atue no sentido de se fazer cumprir a resolução do CJF quanto ao pagamento de Indenização de Transporte dos Oficiais de Justiça, que deve ser pago integralmente quando trabalhado 20 dias no mês.

Justificativa: a administração tem considerado apenas os dias uteis trabalhados.

- Que a administração não se utilize de trabalho precário para burlar a necessidade de preenchimento das vagas para concurso.

- Que os dias trabalhados nos finais de semana em regime de plantão sejam compensados ou remunerados, nos termos da lei (CF).

Justificativa: plantões prestados pelos Oficiais de Justiça nos finais de semana não estão sendo pagos nem compensados

- Que o Sintrajud peticione, exigindo o cumprimento da Lei

- As horas trabalhadas em plantão judicial podem ser compensadas pelo trabalhador. No entanto, nos casos em que o plantão não é presencial, as horas em que o servidor fica à disposição da Administração não são compensadas.

O Sintrajud deve atuar no sentido da regulamentação do plantão judicial não presencial, de modo que as horas sejam compensadas

- Que o Sintrajud solicite aos tribunais a disponibilização para os aposentados e aposentadas tenham acesso aos serviços da intranet com login e senha para consultas e petições eletrônicas

- Que o Sintrajud faça campanha e denuncia da substituição dos agentes de segurança de gabinetes por técnicos

- Lutar pelo retorno do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal para valorização deste segmento que desempenha um trabalho fundamental e de importância para o papel do Judiciário, colocando a vida em risco para o cumprimento de seu trabalho

- Lutar pela aposentadoria especial para Oficiais de Justiça

- Ressalvado o posicionamento deste sindicato em relação ao crescente processo de terceirização, entendemos ser imprescindível o retorno dos ascensoristas aos elevadores do TRF, tendo em vista a atual

insegurança no controle de abertura e fechamento da porta, bem como a necessidade de maior organização das filas que se formam

- Que as secretarias das varas de Execuções Fiscais cumpram a Lei de Execuções Fiscais (Lei 6830 de 1980), no que diz respeito à expedição dos mandados judiciais. Pois a lei determina que os mandados de citação sejam por “AR” com aviso de recebimento, quando não for requerido que seja feito a citação pessoal (por oficial), por essa razão, tem ocorrido um grande acúmulo de serviço, para os servidores que são executantes de mandados. Obs: A alegação das secretarias é que a citação por “AR” adianta a tramitação do processo.

- Lutar pelo retorno da portaria que permite ao servidor se recolocar em outro lugar, independentemente do aval do desembargador ou da chefia

- Posicionamento do Sintrajud quanto aos agentes:

- - GAS na aposentadoria
- - Fim da obrigatoriedade do curso de reciclagem para obtenção da GAS

TRT

- Debruçar-se sobre a minuta de resolução de distribuição de servidores proposta pelo GT do CNJ instituída pela portaria nº 155/13 (sobre lotação proporcional a índice de produtividade).

- Fazer proposta de texto para que os servidores enviem ao CSJT como manifestação sobre a proposta de resolução do CSJT que prevê a criação de comissões nos tribunais encarregadas das questões de saúde, exigindo participação dos servidores.

- Realizar estudos e levantar dados favoráveis a implantação da jornada de 6 horas nos tribunais, especialmente sobre aqueles que a mantiveram mesmo após a regulamentação da jornada pelo CNJ. Avaliar a necessidade de contratação de instituto de pesquisa e estudos para esclarecer a viabilidade e benefícios da jornada de 6 horas. Considerar para tanto o número de servidores afastados por licença médica e a digitalização do judiciário em curso.

- Fazer levantamento de cargos vagos, funções comissionadas e alocação no TRT-2. Ao mesmo tempo, exigir do tribunal transparência quanto à existência de cargos vagos e alocação, bem como com relação à implementação de novas varas e cargos.

- Estudar possibilidade de que as vagas das varas novas sejam primeiramente utilizadas para suprir a demanda já existente, buscando evitar a abertura de novas varas sem que o problema de locais com lotação incompleta seja resolvido, evitando principalmente a abertura do fórum da zona sul.

- Exigir participação dos servidores na elaboração do orçamento do tribunal, conforme resolução do CNJ.

- Buscar assento permanente do Sindicato nas decisões administrativas do tribunal.

- Propor a criação de Ouvidoria Externa ao tribunal.

- Exigir democracia interna, com participação dos servidores nas eleições da presidência do tribunal.

- Buscar medidas para que a implementação do PJE, atualmente inevitável, seja o menos maléfico possível para as condições de trabalho e saúde do trabalhador.

- Debater com o conjunto dos servidores a implementação do PJE, em termos de mudança do local de trabalho, sua intensidade e todas as suas possíveis implicações (positivas e negativas).

REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

- Pedir apoio do TRT aos OJ's em situações de risco, como agressões assaltos etc (apoio jurídico e psicológico).
- Permitir o acesso aos OJ's a banco de dados como INFOSEG e RENAJUD, como já deferido pela corregedoria e encaminhado a presidência do TRT.
- Exigir vaga na garagem do prédio da Barra Funda gratuita em dias de plantão presencial, em que dois OJ's ficam das 14h às 20h no local.
- Pedir que os requerimentos de aposentadoria especial sejam decididos com base no MI impetrado no STF.

SOBRE CAMPANHA SALARIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Combinar a campanha salarial unificada com exigência de melhores condições de trabalho, conforme a situação de cada local.
- Exigir liberação remunerada de servidores para o exercício de atividades sindicais.
- Considerar, quanto às condições de trabalho e o atendimento de reivindicações ainda nesta gestão, que o atual mandato se encerra em setembro deste ano.
- Exigir a lotação de 18 servidores por vara, bem como as funções de secretário de audiência e de assistente de juiz na varas onde houver auxílio fixo/ou pauta dupla, garantindo também o pagamento de função ao assistente de juiz substituto. Importante frisar que o TRT ficou com o concurso vencido há aproximadamente em um ano, com defasagem de mais de 400 servidores.
- Exigir implementação da jornada de 06 horas, com dois turnos de trabalho.
- Exigir adiamento da inauguração do fórum da zona sul, ou abertura de qualquer vara, até que o problema de lotação das varas atuais seja resolvido.
- Exigir reajuste da cota parte do tribunal no pagamento do auxílio saúde / plano de saúde.
- Exigir reajuste do auxílio alimentação e do auxílio creche, com equiparação ao valor pago pelo STF.

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Fortalecer a CSP-Conlutas

- A chegada do PT ao poder acelerou o processo de cooptação de lideranças sindicais e sindicatos pelos governos. A CUT, que já vinha de um processo agudo de burocratização e de conciliação de classes, escancarou a sua opção pelo governo e por alianças com o empresariado.

Agora mesmo, na contramão dos movimentos populares e das manifestações de rua, esta central decidiu investir esforços na defesa da Copa do Mundo, tentando contrapor-se aos protestos já programados. Faz isso logo após patrocinar uma campanha de apoio e mesmo veneração aos mensaleiros, condenados por participação no esquema que, entre outras coisas ilícitas, levou à aprovação da reforma da Previdência de Lula – reforma que privatizou o sistema de seguridade dos servidores públicos e tantos prejuízos causa a aposentados e ativos.

Mas muitos não se venderam. E uma nova vanguarda de lutadores nasce a cada dia, como se viu de forma avassaladora nas jornadas de junho do ano passado. A fundação e a construção da CSP-Conlutas

busca forjar um pólo dos que não se deixaram cooptar pelo governo e pelo capitalismo e seguem na defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e da juventude.

Neste sentido, a decisão dos servidores do Judiciário Federal de filiar o Sintrajud à CSP-Conlutas revelou-se acertada e deve ser reafirmada neste 7º Congresso, apontando para a continuidade de um processo que não está pronto e acabado, mas aberto à contribuição e participação de todos os que defendem a independência e autonomia dos movimentos sindicais, populares, sociais, das minorias e da juventude para enfrentar a exploração e a opressão de governos e empresários.

Reafirmar o apoio e a participação no Movimento LutaFenajufe

- O Movimento LutaFenajufe nasceu da necessidade de construir no Judiciário Federal e no MPU um pólo que aglutinasse os servidores que acreditam que não se vende a independência e autonomia das entidades sindicais a governos, administrações de tribunais ou partidos políticos.

Os resultados desta empreitada para as lutas sindicais nacionais da categoria são evidentes – expressadas nas campanhas salariais e na organização da categoria.

No último congresso da Fenajufe, o movimento conseguiu aprovar a desfiliação da federação da CUT e resoluções que rechaçam o atrelamento da entidade ao governo.

Ninguém é uma ilha. Não podemos estar isolados. O Sintrajud reafirma a atual política de apoio político e financeiro, com percentual aprovado em assembléia, ao Movimento LutaFenajufe e participação na sua construção, na defesa de um sindicalismo autônomo e independente frente a quaisquer governos e que coloque a organização dos trabalhadores para lutar por seus interesses de classe acima de tudo.

- Que seja aplicada um sistema de cota para que seja garantido pelo menos 01 (um) aposentado na diretoria do Sintrajud

- Que seja fortalecido o núcleo de aposentados para que este núcleo tenha uma ação atuante nas lutas da categoria.

- Que se faça um recadastramento e uma campanha de filiação dos aposentados e pensionistas

- Fortalecer a luta contra a PEC 555

- A direção do Sintrajud deve se empenhar mais nas questões dos aposentados, principalmente no que se refere à PEC 555 (taxação dos inativos) cobrar também da Fenajufe.

- Que o Sintrajud tenha uma luta contra a PEC 59 (Estatuto do Judiciário)

- Que o Sintrajud mantenha a postura de defesa dos aposentados frente a política da administração dos Tribunais em restringir os acessos aos prédios dos tribunais, às informações funcionais e dos eventos do Poder Judiciário, que tem levado uma situação (um sentimento) de que os servidores ao se aposentar perdem o vínculo com seus órgãos de origem.

- Que o Sintrajud possa preparar um censo para traçar o perfil dos aposentados na categoria.

- Criar um grupo de discussão dos aposentados

- Lista de aposentados, pelo Sintrajud de filiados e até desfiliaados, telefones e e-mails

- Questões de aposentados e pensionistas como pauta permanente dos meios de comunicação do sindicato

- Que a diretoria do Sintrajud considerasse a possibilidade da criação de uma secretaria dos aposentados para sistematização dos dados dos ditos ex-servidores, visando criar condições para promover a confraternização do núcleo e ou reaproximação de eventuais “distanciados” e tentar sindicalizar os que

nunca se associaram e trazer de volta os que se afastaram e, ainda, proporcionar toda sorte de atividades que possam beneficiar o núcleo e em consequência o sindicato.

- Fomentar a participação dos aposentados nas atividades sindicais de forma a conquistá-los, abolindo as expressões “convocar” ou “tem que” e valorizá-los dentro de seu potencial, não os considerando “coitadinhos”

- Além das danças, convênios celebrados pelo sindicato, também com hidroginástica

- Passeios para os aposentados, com atividades físicas e palestras

- Cursos de digitação, internet e computação elementar para incluir os aposentados na vida sindical, convênios com escolas

- Que o Sintrajud mantenha o atendimento e apoio psicológico aos filiados vítimas de Assédio Moral e Sexual.

- Que o Sintrajud possa ampliar e divulgar os convênios em benefício dos servidores filiados que não substituam as obrigações das administrações e do Estado em oferecer benefícios aos servidores.

- Que se mantenha o percentual de contribuição mensal dos filiados ao Sintrajud

- Fortalecimento dos Núcleos (aposentados etc) do Sintrajud

- Fortalecer o trabalho de base, na busca de ampliar a participação da categoria no sindicato.

- Que o Sintrajud possa ampliar a política de organização da categoria nos locais de trabalho. Que além dos diretores de base, o sindicato busque organizar (ter representantes) a categoria por vara, setores, regiões, grupo de cartórios eleitorais (polos por regiões).

- Que o Sintrajud possa ampliar o número de Subsedes no interior do estado de São Paulo, aproveitando a experiência e o exemplo da Subsede de Santos, com funcionários, assessoria política, etc.

- Que o Sintrajud avance em um projeto de comunicação, a partir da ampliação do quadro de profissionais que foi contratado pelo sindicato. Propondo, inclusive, um Encontro de Comunicação para debater com servidores sobre esta questão.

- Dar continuidade e intensificar a campanha contra Assédio Moral

- Que o Sintrajud aplique um questionário e ou pesquisa com objetivo de traçar um quadro do perfil da categoria que possa ajudar na atuação do sindicato na categoria e que ajude na campanha de filiação.

- Campanha de filiação, com aperfeiçoamento da comunicação institucional do sindicato com a base.

- Elaboração de uma campanha de sindicalização a ser realizada ainda este ano; projeto permanente de sindicalização

- Que no próximo Congresso seja apresentado um relatório de prestação de contas com balanço das atividades e políticas aprovadas nos nossos congressos. Que a diretoria do Sintrajud apresente este balanço no próximo congresso

- Fortalecimento do Departamento Jurídico do Sintrajud, buscando melhorar o acesso as informações dos servidores filiados as ações coletivas e individuais da categoria. Inclusive, possibilitando aos filiados ter acessos restritos, via internet, o andamento das ações judiciais acompanhadas pelo Departamento Jurídico do sindicato.

- A categoria do PJU, filiado ao Sintrajud necessita se organizar melhor para a luta pelos seus pleitos.

Uma das alternativas será ter o cuidado em ter um bom respaldo financeiro, para fazer face às caravanas a Brasília e aos atos no STF. Os aposentados têm que ser necessariamente estimulado e convocado para as caravanas e atos, tanto em São Paulo como em Brasília.

Será necessária uma constante comunicação com as entidades federais do Estado, a fim de que as ações sejam realmente conjuntas.

Será necessária a elaboração constante de pequenos panfletos esclarecedores à população sobre nosso movimento.

Se possível obter espaço em jornais, rádios e televisão ainda que pequenas e rápidas

O Sintrajud, necessitará dar uma grande ênfase ao problema das “carreiras exclusivas” junto aos tribunais superiores e ao STF.

Que a Fenajufe seja solicitada a enviar um grupo de diretores ao STF, para tentar dialogar com os colegas que manifestaram a intenção de criarem um quadro próprio para eles.

Por fim, que seja feito um grande esforço pela direção do sindicato, no sentido de divulgar o movimento para a categoria, tanto na capital, como no interior.

- Buscar atrair, através de atividades recreativas e culturais, os funcionários novos a fim de ouvi-los, de forma a promover palestras e discussões que no mesmo tempo promova discussão política e também recicle a própria linguagem do sindicato, resultando em atualização dos atuais quadros da diretoria e formação dos futuros.

- Fortalecimento dos núcleos de segmentos, com acompanhamento da direção e garantia de estrutura de apoio e secretaria com discussão de novos regimentos.

- Convocação de assembléia estatutária para aperfeiçoamento do estatuto e maior democratização, com reafirmação das resoluções contra a burocratização discutidas no último congresso (2011), ainda em 2014.

Realização de uma assembléia estatutária até novembro de 2014. As alterações no Estatuto do Sintrajud estão colocadas, desde o último congresso, como necessárias.

- Que seja pauta permanente do conselho de base o acompanhamento e prestação de contas sobre o encaminhamento e execução das deliberações deste congresso, pela diretoria executiva no que lhe couber.

- Calendário e escala de visita as bases, inclusive interior

- Reafirmação dos princípios democráticos, defesa intransigente dos direitos e respeito as decisões das instâncias, independência de governo e administrações, autonomia perante aos partidos e outras organizações políticas, classismo e combatividade.

- Contra o imposto sindical: tomar todas as medidas jurídicas, administrativas e políticas pelo seu fim; e devolver os valores quando houver cobrança e desconto.

- Organização de atividades periódicas de formação e de debate de tema de interesse da categoria, no sindicato e nos tribunais e fóruns, na capital e no interior; seminários

- Discussão de modelo e projeto de atendimento e relacionamento com os sócios e a categoria, a serem submetidos às instâncias

- Definição de projetos de funcionamento e modelos para os departamentos de comunicação e jurídico, inclusive, com seminários temáticos amplamente convocados.

- Mesmo que impertinente, imprópria e intempestiva a lembrança, setembro se aproxima e não deixa de ser uma questão de honra a organização, preparação e realização em algum ponto do nosso litoral do IV Encontro dos Aposentados do Sudeste, conforme proposto e aprovado pelos demais sindicatos participantes do III Encontro ocorrido em Louveira, no ano passado (convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores do TRT 15ª Região – Campinas).

- Criação de uma secretaria específica no Sintrajud para os problemas dos funcionários com deficiência: acessibilidade, adaptação inclusiva desses funcionários no universo sindical e políticas específicas para esses funcionários.

- Incluir nos conselhos de base uma pauta para os aposentados (questão específica), considerando que a participação, apesar de pequena, tem sido na base de 50% o número de aposentados está aumentando e em alguns sindicatos supera o número de ativos.

- Realização de cursos de formação sobre normas regulamentares (NRs), segurança e ergonomia

- Estimular a criação de comissões na base tratando de temas específicos. Ex: plano médico, redução da jornada, problemas estruturais no prédio.

- Combate a desfiliação e desinteresse, procurando meios de comunicação com a base. Evitar a polarização político-partidária por conta do desgaste das instituições políticas.

- Para melhor garantir a exploração, o capitalismo também precisa oprimir a classe trabalhadora, transformando diferenças em desigualdades, utilizando deste método para beneficiar um grupo sobre outro. A desigualdade de gênero, de raça, e de orientação sexual e identidade de gênero é uma necessidade do capitalismo para manter seus lucros. Se utiliza também da violência contra as mulheres, negros (as) e LGBT para manter sua dominação. A violência contra as mulheres é a face mais perversa do machismo. A cada 2 horas uma mulher é assassinada no Brasil. Os números de assassinatos de negros, principalmente da juventude supera até o número de mortes em muitas guerras. O Brasil é campeão de assassinatos de homossexuais que ainda não tem reconhecido seus nomes sociais em repartições públicas.

Diante disso, para combater a violência contra as mulheres negros (as), LGBTs a categoria do judiciário precisa também se apropriar do debate das opressões. E para isso propomos a criação de secretaria de mulheres, secretaria de negros (as) e secretaria de LGBTs.

- Promover o 1º Encontro Estadual de Mulheres do Sintrajud

- Continuidade da Campanha Contra o Assédio Moral

- Realização de um seminário sobre concepção sindical e atuação da diretoria de base, em setembro de 2014, em dois dias

- Realização de um seminário de comunicação, em outubro de 2014, em dois dias. A proposta de seminário foi aprovada no congresso e não foi implementada.

- Criar um grupo formado por uma ou duas pessoas por fórum ou micro região, qualquer informação seria repassada via Messenger do celular que esse representante teria cadastrado no sindicato, sendo disparada a mensagem para o grupo.

- Que o sindicato faça discussões na base para identificar possíveis abusos no que diz respeito a relação servidor magistrado. O servidor não é empregado do magistrado. Nesse sentido, as funções comissionadas não podem ser utilizadas de forma subjetiva, como se a função fosse de propriedade do juiz. Isto seria "patrimonialismo", prática viciosa onde a "autoridade" utiliza a máquina estatal subjetivamente em proveito próprio. No Judiciário, tal prática prejudica a dignidade e saúde do trabalhador, além de demandas arbitrárias e submissão do servidor à "autoridade" do juiz devendo ser denunciada e combatida.

- Acompanhamento do Diário Oficial para contato com os recém aposentados, bem como no recadastramento anal dos aposentados e pensionistas para trabalho de filiação.

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: OPRESSÕES

- Que nós discutamos propostas para a criação de cotas para o ingresso no serviço público, seja dentro do plano de carreira, seja fora dele.
- Cotas proporcionais no serviço público para negras, negros e indígenas.
- Apoiar a adoção de política de cotas para negras e negros do judiciário federal.
- Apoiar e participar de todas as lutas dos setores oprimidos, contra a opressão seja ela machista, racista ou homofóbica;
 - Dizer não a toda e qualquer forma de opressão e discriminação em nossa sociedade e no interior do movimento sindical e/ou social;
 - Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha através de mais investimento público;
 - Abertura de mais delegacias da mulher com funcionamento 24 horas, sete dias por semana e policiais qualificados para o atendimento às vítimas;
 - Construção de casas abrigo e centros de referência especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência;
 - Salário igual para trabalho igual, entre negros e brancos, homens e mulheres, contra a perda de direitos sociais e trabalhistas; contra o assédio moral e sexual;
 - Por creches públicas e em tempo integral nos locais de trabalho, estudo e moradia;
 - Pelo fim da dupla jornada. Lavanderias e restaurantes públicos;
 - Defender políticas reparatórias, inclusive as cotas, sempre inteiramente proporcionais à população negra;
 - Lutar pela criminalização da homofobia e pelo fim da violência aos homossexuais com aprovação da PLC 122;
 - Organizar encontros e seminários para discutir e votar políticas sobre a questão das opressões às mulheres, aos negros e aos homossexuais;
 - Criação da Secretaria de Mulheres do Sintrajud;
 - Criação da Secretaria de Negras e Negros do Sintrajud;
 - Criação da Secretaria de LGBTs do Sintrajud;
 - Saúde e Educação 100% públicas, e de qualidade, e 10% do PIB para educação;
 - Não pagamento da dívida, que esse dinheiro seja investido nas áreas sociais e em políticas que permitam a redução da desigualdade e o acesso das mulheres a melhores condições de vida.
 - Retirada imediata dos projetos de lei contrários aos direitos de mulheres e LGBTs, como o projeto de “cura gay” (PDC 234/2013). Não ao estatuto do nascituro!
 - Pela unidade da classe trabalhadora contra a homofobia, o machismo e o racismo! Fim da opressão e da exploração!

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 7º CONGRESSO DO SINTRAJUD

TEMA: MOÇÕES

Moção 1

De: Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

Ao Camarada *Ivo Oliveira Farias*

EIS QUE OLHANDO DE CIMA
VISTES PARTIR UMA VIDA
E NA MESMA VIDA, FICANDO:
UM OLHAR DIVAGADO
E ESSA DOR NA FERIDA

PARTE DE NÓS QUE ÉS
FIRMA TEUS PÉS
E FRENTE AO REVÉS
O ENCARE COM A GENTE
E SIGAMOS EM FRENTE!

PARA MUDAR O FUTURO
ENFRENTANDO O PRESENTE
IRROMPENDO ESSE MURO
COM O SONHO INSISTENTE
QUE NOS LEVA SEGURO
AO VIVER LIVREMENTE...

GARRA-TE NA TUA FORÇA QUE FICA,
TÁ NA ALMA DA CLASSE
QUE NA LUTA CONQUISTA
QUANTO A DOR? QUE SE AFASTE
E A MARCHA RESISTA...

EIS QUE OLHANDO PRA VIDA
DE CIMA VERAS A PARTE,
SE, LUTAR E VIVER É ARTE
PERSISTAMOS COM A LIDA!

Moção 2

Moção de solidariedade à greve dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior

Os (as) delegados (as) e observadores (as) presentes no *7º Congresso Estadual do Sintrajud em Embu das Artes*, realizado entre os dias 27 e 30 de março de 2014, solidarizam-se e apóiam a greve dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior, representados pela Fasubra.

A greve que teve início em 17 de março é nacional e demonstra que a luta dos SPF's, em suas diversas carreiras, já começou e se intensifica. É, portanto, nosso dever, enquanto servidores do judiciário federal, dar todo apoio a esta luta e demonstrar na prática a unidade dos servidores federais.